

INTRODUÇÃO

A história registra com abundância as transformações por que passam as culturas, seja movida por suas forças internas, seja em consequência desses contatos e conflitos, mais freqüentemente por ambos os motivos. Por isso, ao discutirmos sobre cultura temos sempre em mente a humanidade em toda sua riqueza e multiplicidades de forma de existência. (SANTOS, 2003, p. 07)

A cultura é, e sempre foi, tema central ao desenvolvimento. Como uma dimensão natural e fundamental da vida das pessoas, a cultura deve estar integrada na política e na programação do desenvolvimento. A cultura, padrões herdados de significados compartilhados e de entendimentos comuns que influencia o modo como as pessoas regem suas vidas e oferece uma lente por meio da qual podem interpretar sua sociedade. As culturas afetam a forma como as pessoas pensam, agem, por isso devem ser vistas em seu contexto mais amplo, pois elas influenciam e são influenciadas por circunstâncias externas e em resposta a elas se modificam.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 215, afirma que o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso as fontes da cultura nacional, apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

É de grande importância a presença da cultura dentro dos projetos assistenciais, pois possibilita ao usuário tomar conhecimento da cultura local e até mesmo da cultura de modo geral. Os costumes, normas, comportamentos e atitudes culturais fazem com que o usuário venha a captar as informações postas pelo cotidiano de forma rápida e dinâmica.

Atividades artísticas e culturais como a música, a dança, o teatro entre outros, além de ser prazerosas, estimulam áreas do cérebro que permitem o desenvolvimento de outras formas de linguagem. São atividades que aguçam a sensibilidade do usuário, melhoram sua capacidade de concentração, bem como sua memória.

Dessa forma, as atividades artísticas e culturais não devem ficar restritas apenas a eventos, festas ou datas marcantes, mas se constituir em pratica freqüente do cotidiano. Essas manifestações artísticas são forma de linguagem que permitem ao usuário expressar uma gama enorme de sentimentos de diferentes maneiras. Contribuem para seu enriquecimento cultural e crescimento pessoal, tornando-o uma pessoa, mas segura e confiante, dando-lhe condições de progredir, evitando assim, a insatisfação com o ambiente em que se insere.

Arte é um importante trabalho educativo, pois procura, através das tendências individuais, encaminham a formação do gosto, estimula a inteligência e contribui para a formação da personalidade do indivíduo, sem ter como preocupação única e mais importante à formação de artistas.

É nesse contexto que pode ser percebido que a cultura e a Assistência social são grandes parceiras na luta contra os diversos problemas postos pela sociedade brasileira. De forma em que uma interage com a outra, onde uma pode vir proporcionar resultados positivos em prol da comunidade de modo geral.

Nesta perspectiva, o ponto de partida desse projeto de pesquisa é analisar as ações sócio-culturais desenvolvidas na política de assistência social no município de Farias Brito/CE. O enfoque será, portanto, discutir e mostrar as ações socioculturais na área da assistência social, como também identificar o público-alvo e no final do estudo verificar se há ou não impactos na vida dos usuários participantes.

O interesse em realizar a presente pesquisa é fruto de indagações acerca da carência de conhecimento da cultura de modo geral e local dos usuários do município de Farias Brito – CE, local esse, onde realizei o Estágio Supervisionado I e II do curso de Serviço Social da Faculdade Leão Sampaio, onde pude perceber uma carência de ações socioculturais nos projetos sociais.

O primeiro capítulo nos faz uma abordagem acerca do resgate histórico da Política Nacional de Assistência Social, pontuando toda a sua trajetória até chegar a pós-Constituição Federal de 1988, quando é garantida por Lei a assistência social para que dela necessitar.

O segundo capítulo nos traz um conceito do que é a cultura, como também faz uma pequena abordagem do que seria as ações socioculturais, ponto central do nosso estudo.

E por fim, o terceiro capítulo coloca uma visão mais ampla do campo em que foi explorado para que pudéssemos trabalhar melhor em cima do tema proposto, onde faz um respaldo sobre a metodologia usada para obter os dados, onde podemos estar analisando e discutindo os mesmos.

CAPÍTULO I – Resgate Histórico da Política Nacional de Assistência Social

1.1 Trajetória das Políticas Sociais

Para analisar a Política de Assistência Social é fundamental investigar a sua trajetória. A Constituição Federal é um marco fundamental desse processo porque reconhece a assistência social como política social que, junto com as políticas de saúde e de previdência social, compõem o sistema de seguridade social brasileiro. Portanto, pensar esta área como política social é uma possibilidade recente. Mas, há um legado de concepções, ações e práticas de assistência social que precisa ser capturado para análise do movimento de construção dessa política social. A prática da assistência ao outro é antiga na humanidade. Em diferentes sociedades, a solidariedade dirigida aos pobres, aos viajantes, aos doentes e aos incapazes sempre esteve presente. Esta ajuda pautava-se na compreensão de que na humanidade sempre existirão os mais frágeis, que serão eternos dependentes e precisam de ajuda e apoio.

Trata-se aqui, ainda, de um período no qual o “atendimento” tinha mesmo que ficar relegado ao indefinido campo da filantropia e da caridade, o que não quer dizer que não recebesse grandes incentivos morais, éticos, econômicos e, sobretudo políticos da “ordem”, uma vez que o atendimento ao desafortunado se insere no nobre campo da benemerência. (SCHONS, 2008, p.64)

Para uma compreensão mais exata dos problemas sociais de sua época, assim como da ação do Estado na tentativa de sua minimização, entre outros aspectos, parece-nos imprescindível analisar a relação existente entre as Poor Laws (Leis dos Pobres) inglesas, sobretudo as do final do século XVIII e inícios do século XIX, e a constituição da economia capitalista de mercado. (SCHONS, 2008, p.64)

A assistência social vem lutando desde as constitucionais de 25 de março de 1924 e de 24 de fevereiro de 1891 que eram omissos a esse respeito, sendo que a que teve destaque em relação às questões relativas foi a de 24 de fevereiro de 1934. Em seguida as demais constitucionais datadas em 18 de setembro de 1946, 24 de janeiro de 1967 e 17 de outubro de 1969.

Em tal contexto, a Constituição Federal de 5 de outubro de 1988 representou significativo avanço. Além de se debruçar sobre a questão de forma mais extensa, trouxe modificações profundas no modo até então prevalente de tratar o tema, introduzindo novos

princípios e novas diretrizes a orientar a construção de todo um novo sistema de assistência social. (BATTINI, 1998, p.68).

De acordo com a Constituição Federal de 1988:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

- I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II – o amparo à criança e adolescentes carentes;
- III – a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV – a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal a pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Pode-se dizer que a política social só ganhou densidade institucional e dimensão cívica quando o Welfare State que, para muitos, começou a ser formado na Europa, no último terço do século XIX, se formou em meados do século XX como a instituição diretamente responsável pelo atendimento de necessidades sociais agravadas pelo inexorável desenvolvimento capitalista. (PEREIRA, 2008, p.59)

Segundo Pereira (2008), a iniciativa alemã não deixou de ser um avanço significativo na história da política social secularmente caracterizada como um socorro paliativo aos pobres, mesmo que se restringisse a um grupo estrategicamente específico – o trabalhador – e fosse usado como antídoto às idéias sociais democratas que, na Alemanha da época, rondavam a classe operária. Por isso, é válido pensar que a legitimação do seguro social pelo Estado significou a inauguração de uma prática, que se faz presente até hoje, de tratar a política social como direito requerido pela sociedade e encampado pelos poderes públicos.

De acordo com Sposati (2008), o assistencial é uma forma de caracterizar a exclusão com a face de inclusão, pela benevolência do Estado frente à “carência dos indivíduos”. Não é ele, de per si, a exclusão. Esta se dá também nas políticas sociais das sociedades capitalistas desenvolvidas, uma vez que, no limite, o conflito capital-trabalho permanece mantendo a desigualdade social.

Ao inserir a Assistência Social como política integrante do sistema de Seguridade Social, a Constituição Federal Brasileira de 1988 instaurou o princípio da cidadania como vetor dessa política e estabeleceu como parâmetro de sua organização a descentralização político-administrativa e a participação da população, por meio de organizações

representativas, na formulação e controle de suas ações, em todos os níveis. (OLIVEIRA, 2003, p.105).

A classe trabalhadora foi ganhando significativo poder político, tanto por meio da extensão do direito de voto, em 1885, quanto pela organização do Partido Trabalhista, em 1890. Essa democratização do poder mudou inevitavelmente a concepção comercial de merecimento dos pobres, contida na Lei de 1834, e influenciou o debate sobre a proteção social que novamente ganharia expressão no final do século. (PEREIRA, 2008, p.82)

É na correlação de forças que a política social se estabelece e se modifica através da economia e das relações políticas.

No caso brasileiro, modifica sua trajetória, como mostra Evaldo Amaro Vieira: estratégia de mobilização e controle das populações carentes (1951-1964); representação do conjunto de direitos da população perante o Estado (1957-1964); espaços de representação dos interesses populares (1957-1964); controle das classes subalternizadas (após 1964); espaço de retribuição dom usuário enquanto prestação auto financiada de serviços por encargos sociais (após 1964); subtração dos interesses populares no processo decisório e agravamento das condições de vida da população (após 1964); mecanismo de desmobilização social enquanto substituto das alianças por planos assentados no pensamento tecnocrático (após 1964). (SPOSATI, 2008, p.33).

A primeira grande regulação da assistência social no país foi à instalação do Conselho Nacional de Serviço Social – CNSS – criado em 1938. Segundo Mestriner (2001 p.57-58). Sendo a primeira forma de presença da assistência social na burocracia do Estado brasileiro, ainda que na função subsidiária de subvenção às organizações que prestavam amparo social.

O Conselho não se caracteriza como um espaço de confronto e constante disputa entre os órgãos governamentais e não-governamentais. Da mesma forma, não se consolida como um espaço apenas de consenso, concordância absoluta, harmônica e de referendo sem contestações das proposições apresentadas. (BATTINI, 1998, p.185).

Segundo Sposati (2004), a primeira grande instituição de assistência social será a Legião Brasileira de Assistência – LBA – que tem sua gênese marcada pela presença das mulheres e pelo patriotismo.

A relação da assistência social com o sentimento patriótico foi exponenciada quando Darcy Vargas, a esposa do presidente, reúne as senhoras da sociedade para acarinhar pracinhas brasileiros da FEB – Força Expedicionária Brasileira – combatentes da II Guerra

Mundial, com cigarros e chocolates e instala a Legião Brasileira de Assistência – LBA. A idéia de legião era a de um corpo de luta em campo, ação. Dessa forma compreende-se que o intuito inicial da LBA era atuar como uma legião, como um corpo em ação numa luta em campo.

Em Outubro de 1942 a L.B.A. se torna uma sociedade civil de finalidades não econômicas, voltadas para “congregar as organizações de boa vontade”. Aqui a assistência social como ação social é ato de vontade e não direito de cidadania. (SPOSATI, 2004, p.20).

Uma observação mais cuidadosa nas leituras sobre a assistência, nos últimos anos, nos remete a concepção da assistência como um direito social e uma ampliação para a cidadania. Isto pode-se afirmar das produções críticas em geral, seja nos teóricos das ciências políticas e sociais, como também dos profissionais do serviço social. Foi também o que constatamos nas produções de nosso leque de análise, ou seja, nas produções sobre a assistência presentes nos artigos da revista Serviço Social & Sociedade e nas dissertações e teses produzidas nas escolas do serviço social no Brasil. A Assistência afirmada, sobretudo a partir da metade dos anos 80, é a Assistência como um direito social e como uma ampliação da cidadania. (SCHONS, 2008, p.39).

A história da Assistência Social tem sido pródiga em demonstrar o quanto essa cultura política tem sido capaz de legitimar a Assistência Social como ação emergencial e restrita aos exclusivamente pobres, carentes e desassistidos de toda sorte. (OLIVEIRA, 2003, p.119).

Como vem se colocando, a assistência social busca atender não só aos pobres, carentes e desassistidos de toda sorte, mas sim de quem se encontra em vulnerabilidade ou risco social, sem precisar contribuir de alguma forma, pois a assistência social é um direito garantido para quem dela necessitar.

1.2 Assistência social pós-Constituição Federal de 1988

A partir da Constituição, em 1993 temos a promulgação da Lei Orgânica da Assistência social (LOAS), nº 8.742, que regulamenta esse aspecto da constituição e estabelece normas e critérios para organização da assistência social, que é um direito, e este exige definição de leis, normas e critérios objetivos.

Essa perspectiva metodológica foi adotada na prática dos atores envolvidos no processo de implementação da Lei Orgânica de Assistência Social no Paraná. No sentido de consolidar as idéias de que eram capazes de contribuir para a transformação porque, pelo seu trabalho, tinham condições de pesar a realidade e pensar-se a si, parcela significativa dos sujeitos envolvidos estabeleceu uma práxis ultrapassando a sua posição de meros executores das demandas governamentais. (BATTINI, 1998, p.47).

De acordo com a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é política de seguridade social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Esse arcabouço legal vem sendo aprimorado desde 2003, a partir da definição do governo de estabelecer uma rede de proteção a promoção social, de modo a cumprir as determinações legais. Dentre as iniciativas, destacamos a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2005, conforme determinações da LOAS e da Política Nacional de Assistência Social. É o mecanismo que permite interromper a fragmentação que até então marcou os programas do setor e instituir, efetivamente, as políticas públicas da área e a transformação efetiva da assistência em direito.

Relacionado à efetivação da política de assistência, a LOAS vem trazendo no seu capítulo II seus princípios:

Art. 4º A assistência social rege-se pelos seguintes princípios:

- I – supremacia do atendimento as necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II – universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III – respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV – igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- V – divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais bem como dos recursos oferecidos pelo poder público e dos critérios para sua concessão.

A LOAS é exemplo emblemático dos efeitos desse quadro na Assistência Social, pois, apesar dos avanços identificados a partir de sua aprovação, como a construção de uma nova dinâmica de gestão da Assistência Social, de que são exemplos os conselhos, dessa política instalados em quase todo país.(OLIVEIRA, 2003, p.113).

A própria LOAS, segundo Almeida (1995), não expressa como preocupação central a descentralização, mas o estabelecimento de um modelo baseado em mecanismos participativos de decisão.(OLIVEIRA, 2003, p.121).

O objetivo do Sistema Único de Assistência Social - SUAS é assegurar a concretude dos preceitos da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e integrar o governo federal com os estaduais e municipais em uma ação pública comum de garantia de direitos universais. A sua implementação, contudo, apresenta estágios muito diferenciados no país. É certo que houve avanços importantes, como a ampliação do número de secretarias próprias de assistência social e do reconhecimento dos direitos de adolescentes, jovens, idosos e pessoas com deficiência.

A definição das bases e diretrizes para a nova Política Nacional de Assistência Social/SUAS foi concretizada em setembro de 2004 após um amplo processo desencadeado pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e pelo Ministério do Desenvolvimento de Combate à Fome - MDS, em todo território nacional. Decorre da PNAS-2004 a Norma Operacional Básica, conhecida como NOB-SUAS:

A definição dos conteúdos do pacto federativo, resultante desse amplo processo de construção, portanto, é o escopo da presente Norma Operacional que aqui se apresenta e que estabelece as bases de realização do SUAS, especialmente no que tange as condicionalidades e condições para que Estados, Distrito Federal e municípios contem com o co-financiamento federal na assistência social, bem como em relação aos mecanismos de transferência de recursos, aos critérios de partilha e de transferência desses recursos a serem adotados pelas três esferas de governo.(NOB-SUAS,2004).

A aprovação do Sistema Único de Assistência Social representa um avanço nesta direção porque intensifica a participação popular e estimula a negociação entre esferas de governo de modo que as decisões incluam os diversos interesses presentes em todo País.

De acordo, com a NOB-SUAS, o SUAS define e organiza os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da política de assistência social possibilitando a normatização dos padrões nos serviços, qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultado, nomenclatura dos serviços e da rede sócio-assistencial e, ainda, os eixos estruturantes e de subsistemas conforme aqui descritos:

- Matricialidade Sociofamiliar;
- Descentralização político-administrativa e Territorialização;
- Novas bases para a relação entre Estado e Sociedade civil;
- Financiamento;
- Controle Social;

- O desafio da participação popular/cidadão usuário;
- A política de recursos humanos;
- A informação, o monitoramento e a avaliação.

Os serviços socioassistenciais no SUAS são organizados através da vigilância social, proteção social e defesa social e institucional.

Tendo em vista que a política de assistência social sempre foi espaço privilegiado para operar benefícios, serviços, programas e projetos de enfrentamento à pobreza, considera-se a erradicação da fome componente fundamental nesse propósito. A experiência acumulada da área mostra que é preciso articular distribuição de renda com trabalho social e projetos de geração de renda com a família.

É nessa perspectiva que se efetiva a interface entre o SUAS, novo modelo de gestão da política de assistência social, com a política de segurança alimentar e a política de transferência de renda, constituindo-se, então, uma política de proteção social no Brasil de forma integrada a partir do território, garantindo sustentabilidade e compromisso com um novo pacto de democracia e civilidade.

A Política Nacional de Assistência Social – PNAS, ora aprovada expressa exatamente a materialidade do conteúdo da Assistência Social como um pilar do Sistema de Proteção Social brasileiro no âmbito da Seguridade Social. Este é um momento histórico e assim devemos concebê-lo, ensejando todos os esforços na operacionalização desta política. Trata-se, portanto, de transformar em ações diretas os pressupostos da CF 88 e da LOAS, por meios de definições, de princípios e diretrizes que nortearão sua implementação, cumprindo uma urgente, necessária e nova agenda para a cidadania no Brasil.

Para a PNAS(2004), a assistência social como política de proteção social configura-se como uma nova situação para o Brasil. Ela significa garantir a todos, que dela necessitam, e sem contribuição prévia a provisão dessa proteção. Esta perspectiva significaria aportar quem, quantos, quais e onde estão os brasileiros de mandatários de serviços e atenções de assistência social. Numa nova situação, não dispõe de imediato e pronto a análise de sua incidência. A opção que se construiu para exame da política de assistência social na realidade brasileira parte então da defesa de um certo modo de olhar e quantificar a realidade, a partir de:

- Uma visão social inovadora, dando continuidade ao inaugurado pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei Orgânica de Assistência Social de 1993, pautada na dimensão ética de incluir “os invisíveis”, os transformados em casos individuais, enquanto de fato são parte de uma situação social coletiva; as diferenças e os diferentes, as disparidades e as desigualdades.

- Uma visão social de proteção, o que supõe conhecer os riscos, as vulnerabilidades sociais a que estão sujeitos, bem como os recursos com que conta para enfrentar tais situações com menor dano pessoal e social possível. Isso supõe conhecer os riscos e as possibilidades de enfrenta-los.
- Uma visão social capaz de captar as diferenças sociais, entendendo que as circunstâncias e os requisitos sociais circundantes do indivíduo e dele em sua família são determinantes para sua proteção e autonomia. Isto exige confrontar a leitura macro social com a leitura micro social.
- Uma visão social capaz de entender que a população tem necessidades, mas também possibilidades e capacidades que devem e podem ser desenvolvidas. Assim, uma análise de situação não pode ser só das ausências, mas também das presenças até mesmo como desejos de superar a situação atual.
- Uma visão social capaz de identificar forças e não fragilidades que as diversas situações de vida possuam.

Tudo isso significa, que a situação atual para a construção da política pública de assistência social precisa levar em conta três vertentes de proteção social: as pessoas, as suas circunstâncias e dentre elas seu núcleo de apoio primeiro, isto é, a família. A proteção social exige a capacidade de maior aproximação possível do cotidiano da vida das pessoas, pois é nele que riscos, vulnerabilidades se constituem.

Por fim, a Política Nacional de Assistência Social na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social ressalta o campo da informação, monitoramento e avaliação, salientando que as novas tecnologias da informação e da ampliação das possibilidades da comunicação contemporâneas têm um significado, um sentido técnico e político podendo e devendo ser considerados como veios estratégicos para uma melhor atuação no tocante às políticas sociais e a nova concepção do uso da informação, do monitoramento e da avaliação no campo da política de assistência social.

CAPITULO II – Ações Socioculturais na Política Nacional de Assistência Social

2.1 Conceitos de Cultura

São varias as abordagens acerca da cultura, e do que se caracteriza como tal. Cultura é diversos valores, crenças, costumes, tradições de um povo.

O conceito de cultura, pelo menos como utilizado atualmente, foi, portanto definido pela primeira vez por Tylor. Mas o que ele fez foi formalizar uma ideia que vinha crescendo na mente humana. A ideia de cultura, com efeito, estava ganhando consciência talvez mesmo antes de John Locke (1632-1704) que, em 1690, ao escrever Ensaio acerca do entendimento humano, procurou demonstrar que a mente humana não é mais do que uma caixa vazia por ocasião do nascimento, dotada apenas da capacidade ilimitada de obter conhecimento, através de um processo que hoje chamamos de endoculturação. (LARAIA, 2005, p.25)

A cultura é uma herança que o homem adquire ao nascer, ou seja, no seu modo de vestir, de comer, de falar e assim por diante. A sociedade impõe os seus vários hábitos, no qual o individuo ao nascer irá seguir e se adaptar no cotidiano dos seus pais e da sociedade em geral. Só o homem é portador da cultura; por isso, só ele a cria, a possui e a transmite. (GRANDE ENCICLOPÉDIA BARSA, 2004, p.34)

As diferenças existentes entre os homens, portanto, não podem ser explicadas em termos das limitações que lhe são impostas pelo seu aparato biológico ou pelo seu meio ambiente. A grande qualidade da espécie humana foi a de romper com suas próprias limitações: um animal frágil, provido de insignificante força física, dominou toda a natureza e se transformou no mais temível dos predadores. Sem asas, dominou os ares; sem guelras ou membranas próprias, conquistou os mares. Tudo isto porque difere dos outros animais por ser o único que possui cultura. (LARAIA, 2005, p.24)

A cultura é, e sempre foi, tema central ao desenvolvimento. Como uma dimensão natural e fundamental da vida das pessoas, a cultura deve estar integrada na política e na programação do desenvolvimento. A cultura, padrões herdados de significados compartilhados e de entendimentos comuns que influencia o modo como as pessoas regem suas vidas e oferece uma lente por meio da qual podem interpretar sua sociedade. As culturas afetam a forma como as pessoas pensam, agem, por isso devem ser vistas em seu contexto mais amplo, pois elas influenciam e são influenciadas por circunstancias externas e em resposta a elas se modificam.

Acultura, embora seja em ultima análise, obra do homem e exista para o homem, ela é uma tarefa social e não individual; ela é um conjunto de experiências vividas pelo homem através de mais de um milhão de anos de existência. Aos traços particulares das culturas dá-se o nome de valores culturais. [...] a cultura não é um processo individual, mas coletivo. Ela não será, com certeza, a simples soma de experiências interiorizadas por cada um dos indivíduos da sociedade. É antes, um resultante dessas experiências cristalizadas por as mais variadas formas, como documentos escritos, artefatos, obras de arte, fitas magnéticas, fotos, filmes e etc. um fato de fácil constatação é que um indivíduo por mais culto que possa ser (no sentido de quantidade e intensidade de culturas aprendidas), não consegue jamais conhecer toda a sua cultura (MELLO, 2003, p. 42-43).

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 215, afirma que o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso as fontes da cultura nacional, apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Para Santos (2003), cultura diz respeito à humanidade como um todo e ao mesmo tempo a cada um dos povos, nações, sociedades e grupos humanos. Quando se considera as culturas particulares que existem ou existiram, logo se constata a sua grande variação.

É de grande importância a presença da cultura dentro dos projetos assistenciais, pois possibilita ao usuário tomar conhecimento da cultura local e até mesmo da cultura de modo geral. Os costumes, normas, comportamentos e atitudes culturais fazem com que o usuário venha a captar as informações postas pelo cotidiano de forma rápida e dinâmica. As preocupações com a cultura se voltaram tanto para a compreensão das sociedades modernas e industriais quanto das que iam desaparecendo ou perdendo suas características originais em virtude daqueles contatos. (SANTOS, 2003, p.21)

Atividades artísticas e culturais como a música, a dança, o teatro entre outros, além de ser prazerosas, estimulam áreas do cérebro que permitem o desenvolvimento de outras formas de linguagem. São atividades que aguçam a sensibilidade do usuário, melhoram sua capacidade de concentração, bem como sua memória.

A cultura é composta de múltiplas ambiências: a família, a região, a língua, a classe social, a religião, a escola, o trabalho, enfim, na expressão de Gramsci, as diversas sociedades que produzem os horizontes culturais de formação de indivíduo em sociedade. A cultura de uma época é o resultado de um embate e da interação das concepções do mundo, das experiências e das praticas sociais que perpassam essas diferentes ambiências culturais. As diferentes posições ocupadas na estrutura econômica da sociedade determinam relacionamentos diferentes dos homens com a cultura, com a sociedade, com a natureza; contudo, a ação dessa variável importante deve ser compreendida no interior de um processo mais complexo de afirmação de um determinado modo de vida. (VIEIRA, 1999, p.62)

Dessa forma, as atividades artísticas e culturais não devem ficar restritas apenas a eventos, festas ou datas marcantes, mas se constituir em prática freqüente do cotidiano. Essas manifestações artísticas são forma de linguagem que permitem ao usuário expressar uma gama enorme de sentimentos de diferentes maneiras. Contribuem para seu enriquecimento cultural e crescimento pessoal, tornando-o uma pessoa, mas segura e confiante, dando-lhe condições de progredir, evitando assim, a insatisfação com o ambiente em que se insere.

Segundo Santos (2003), existem duas concepções de cultura, a primeira concepção de cultura remete a todos os aspectos de uma realidade social; a segunda refere-se mais especificamente ao conhecimento, às ideias e crenças de um povo.

Arte é um importante trabalho educativo, pois procura, através das tendências individuais, encaminhar a formação do gosto, estimula a inteligência e contribui para a formação da personalidade do indivíduo, sem ter como preocupação única e mais importante à formação de artistas.

É nesse contexto que pode ser percebido que a cultura e a Assistência social são grandes parceiras na luta contra os diversos problemas postos pela sociedade brasileira. De forma em que uma interage com a outra, pode vir proporcionar resultados positivos em prol da comunidade de modo geral.

De acordo com Santos (2003):

Cultura refere-se a realidades sociais bem distintas. No entanto, o sentido em que se fala de cultura é o mesmo: em cada caso dar conta das características dos agrupamentos a que se refere, preocupando-se com a totalidade dessas características, digam elas respeito às maneiras de conceber e organizar a vida social ou a seus aspectos materiais (SANTOS, 2003, p. 24)

A cultura é um instrumento de adaptação do homem ao ambiente. É pelos valores culturais que o homem se integra ao seu meio. Primeiro como indivíduo. Ao transformar-se em personalidade que se incorpora a seu grupo, vai adquirindo os hábitos, os usos e os costumes da sociedade a que pertence, de forma a adaptar-se inteiramente a ela. Aprende a língua que deve ser falada, adquire as noções de relações com os companheiros; aprende os mesmos jogos infantis e as mesmas atividades juvenis; adquire uma profissão que atende aos interesses da sociedade. Em segundo lugar, cria instrumentos ou concebe novas idéias, que o capacitam a melhor adaptar-se ao ambiente. (GRANDE ENCICLOPÉDIA BARSA, 2004, p.36)

A participação é o caminho natural para o homem exprimir sua tendência inata de realizar, fazer coisas, afirmar-se a si mesmo e dominar a natureza e o mundo. Além disso, sua prática envolve a satisfação de outras necessidades não menos básicas, tais como a interação com os demais homens, a auto-expressão, o desenvolvimento do pensamento reflexivo, o prazer de criar e recriar coisas, e, ainda, a valorização de si mesmo pelos outros (BORDENAVE, 1994, p.16)

A cultura mostra-se eficiente no atendimento a pacientes em geral, proporcionando melhoria no processo de angústia, do desenvolvimento da criatividade, melhoria da autoestima, facilitando a sociabilização e também formação de novas amizades, desenvolvendo estratégias que minimizem dificuldades oriundas de enfermidades físicas ou emocionais.

2.2 Ações socioculturais na perspectiva da assistência social

As ações socioculturais é uma maneira de constante transformação, tanto na vida do homem quando para a sociedade de modo geral. Essas ações nos possibilitam a dinamização das atividades dos projetos sociais. De qualquer forma as ações socioculturais têm uma grande relação com a assistência social, pois a assistência busca garantir os direitos de indivíduo, e dentre esses direito esta a cultura.

Segundo Tonet (2009), sobre “expressões socioculturais” entendemos então que, quando se faz referencia a expressões sociais, se está querendo apontar para determinadas manifestações da crise atual de capital que afetam grande numero de pessoas e que se referem a vida material ou que, pelo menos, têm estreita conexão com essa materialidade. Em contraposição, quando se faz referencia a expressões culturais, se aponta para manifestações no âmbito da subjetividade, tais como atividades artísticas, de ciência, de filosofia, de comunicação de valores, de comportamentos, de relações sociais.

Os relacionamentos interpessoais se dão de maneiras próprias em diversos ambientes, épocas e culturas. Através da comunicação, as relações fluem e se dinamizam nos espaços. Como meio para uma ação teleológica, a comunicação é a mediação usada pelos usuários para transformar e criar uns com os outros novos elos e conceitos culturais.

Assim, tanto no estudo de culturas de sociedades diferentes quanto das formas culturais no interior de uma sociedade, mostrar que a diversidade existe não implica concluir que tudo é relativo, apenas entender as realidades culturais no contexto da

historia de cada sociedade, das relações sociais dentro de cada qual e das relações entre elas. (SANTOS, 2003, p.20)

As ações socioculturais podem ser trabalhadas nas suas diversas formas, sendo elas na música, teatral, dança, circo, cinema, foto, vídeo, artes plásticas, artes gráficas, filatelia, literatura, cartunismo, editoração, folclore, artesanato e etc.

Nesse contexto de discussão sobre evolução, cultura servia tanto para diferenciar populações humanas entre si quanto para distinguir o humano de outras formas animais. Daí derivam muitas das dificuldades em definir cultura. Assim quando comparava povos diferentes, cultura era uma palavra usada para expressar a totalidade das características e condições de vida de um povo. (SANTOS, 2003, p.29)

Além de ser uma forma educativa de realização das atividades, e também uma maneira mais dinâmica, as ações socioculturais deveriam ser indispensáveis no trabalho em grupo, pois proporciona bem estar ao usuário como também poderá esta conhecendo alguma habilidade que o mesmo venha há ter.

A educação pode ser uma modalidade da cultura, mais o universo desta será sempre mais amplo que o campo daquela, de modo que aceitar fazer da ação cultural uma ação educativa é com formar-se em ficar aquém do possível. A ação cultural não se contenta com limitações. (COELHO, 2001, p.32)

Como vimos Amadeu Amaral enfatizava a necessidade de que o registro e a análise de uma manifestação de cultura popular levassem em conta outras manifestações, os costumes, as crenças e as práticas que as acompanhassem e explicassem, ou seja, aquilo que podemos chamar de contexto cultural. (AYALA, 2002, p.31)

Falando em cultura popular, pode se dizer que a cultura de cada região, ou seja, todo habitat tem suas crenças, costumes e tradições que são denominadas cultura local, ou melhor, cultura popular.

Para entendermos essas mudanças no enfoque da cultura popular, é preciso situá-las como parte do processo mais amplo de transformações econômicas, sociais e políticas. (AYALA, 2002, p.43)

Sempre houve a luta constante de inserção da cultura no mundo, mesmo não precisando, pois a cultura é algo que se constrói com o tempo. Mas mesmo assim haviam movimentos acerca da cultura, onde lutavam por um direito que hoje é por Lei garantida.

No início da década de 60, publicações como os Cadernos do Povo Brasileiro, editados pela Civilização Brasileira, e movimentos como o MCP (Movimentos de Cultura Popular), de Pernambuco, e os CPCs (Centros Populares de Cultura), da UNE (União Nacional dos Estudantes), discutem esses problemas com a finalidade

de transformar seus posicionamentos em interferências concretas na realidade.
(AYALA, 2002, p.45)

Para facilitar o trabalho que envolve a cultura, deveria ter um profissional na área para que pudesse estar desenvolvendo a ação cultural. Segundo Coelho (2001), “diz o braço cultural ONU (“braço cultural” será um organismo estranho, porém ainda mais bizarro seria, acaso, falar da ONU como um corpo com cabeça...) que o agente cultural representa “uma profissão peculiar”... É alguém que “se interessa pela arte mas não se envolve diretamente com ela e, sim, com sua administração”.

De acordo com Coelho (2001):

Embora não pareça muito adequado pretender que uma modalidade cultural seja mais compatível com os objetivos da ação cultural do que outras, não é possível deixar de registrar a evidência de que o teatro recebe, um pouco por toda parte, a preferência dos agentes culturais e daqueles com quem atua.

O teatro na verdade é uma atividade cultural realmente muito atrativa, ou seja, uma das ações socioculturais em que o público se interessa e frequenta mais. O teatro vem a ser um espaço de superação de quem assiste e de quem o faz.

CAPÍTULO III – Política Nacional de Assistência Social no Município de Farias Brito - CE

3.1 Caracterização do Campo de Pesquisa

Iniciamos falando um pouco da história da cidade de Farias Brito, local onde foi realizado o estudo, contando de quando era aldeia, passou a ser vila, teve como primeiro nome como cidade “Quixará”, até os dias atuais quando se denomina Farias Brito.

Seu início era uma aldeia, onde os demais grupos tinham suas lendas e as suas crendices e se denominavam Nativos.

Nas aldeias, havia uma rigorosa divisão de tarefas onde cada grupo tinha as suas obrigações a serem cumpridas. Aos homens era propício o trabalho braçal, caçar, pescar e cultivar terra. Já para as mulheres era recomendável a caça, o preparo da comida e a arte dos vasos de cerâmica. Não havia desigualdade social e as doenças não existiam. Porém se fossem afetados por enfermidades faziam “raizadas” e a própria natureza os curava. (MENEZES, 2002, p.14)

O nome dado a aldeia na época era Quixará, mas não se sabe se o nome Quixará era uma tribo ou se foram os primitivos que colocaram esse nome. Discutir a sua origem e o seu processo de desenvolvimento é muito difícil, pois não existem muitas fontes para esse estudo, a não ser a população mais velha passar informações grandiosas. A vida dos nativos em terras de Quixará, sabe-se que foram eles os pioneiros da etnia e deles herdamos a formação cultural, lendas e tradições. O povoamento dos brancos veio após os nativos que nos ensinaram a lidar com a natureza, utilizar as ervas medicinais, dormir em rede e etc.

Sempre que os historiadores referem-se ao município, mencionam Antigo Quixará, e falam das riquezas do lugar como salubridade do clima, fertilidade do solo e o Vale do Cariús. O processo foi lento para que a aldeia se tornasse reconhecida no Ceará, pois foi adquirindo porte para em breve tornar-se vila e posteriormente Cidade.

Registra a crônica histórica que um dos vultos marcantes na formação do município foi o Cel. Francisco Gomes de Oliveira Braga, homem influente, chefe político de grande projeção e que depois de grandes esforços conseguiu a elevação do povoado à categoria de vila e logo depois de município, no ano de 1890. (COLEÇÃO MUNICÍPIOS BRASILEIROS – Vol. 5º p.190, 1959)

Em 1936, ano que o município de Quixará foi restaurado. Ao se tornar município, houve a primeira eleição para prefeito em 1937, não contentes com os candidatos, veio uma comitiva de Fortaleza indicando o Sr. Manoel Pinheiro de Almeida, votando 203 eleitores.

Em 1953 surgiu a idéia de mudar o nome do município. Nesse período surgiu-se o nome de Acoci ou Vale Verde, não sendo aceito pela população.

Para Silva (2001), elevado à categoria de município pela Lei nº 268 de 20 de dezembro de 1936, o município de Quixará passou a ter como sede a vila do mesmo nome. Mas em 1938, a vila de Quixará foi elevada, pelo Decreto-Lei Estadual nº 448 de 20 de dezembro daquele ano, à condição de cidade. A denominação Farias Brito – Tanto para a cidade como para o município – só veio em 1953, através da Lei nº 2.194 de 15 de dezembro.

A denominação recaiu sobre o filosofo cearense Raimundo de Farias Brito, que se tornou patrono do município. A homenagem deu-se à admiração pela obra filosófica do escritor uma oportunidade para engrandecer um renomado vulto intelectual da historia Cearense.(MENEZES, 2002, p.48)

Raimundo de Farias Brito nasceu na então aldeia de São Benedito (hoje cidade), no dia 24 de julho de 1862. Foram seus pais Marcolino José de Brito e Eugênia Alves Ferreira. Foi batizado a 03 de dezembro daquele ano na capela de Viçosa. Quando tinha 03 anos sua família transferiu-se para Ipu e em 1870 para Sobral. Em 1878 muda-se para Fortaleza com a família. Em 1871 matriculou-se na Faculdade de Direito de Recife, colou grau em 19 de novembro de 1884, sendo nomeado promotor de Viçosa. Em 02 de setembro de 1893 casou-se com Ana Augusto Bastos, enviuvando em 1897. Em 29 de agosto de 1901, casou-se com Anamélia Alves. (MENEZES, 2002: p.49): Poucos anos viveu essa glória da inteligencia brasileira. Em 16 de janeiro de 1917, as 08h30min da manhã, faleceu “sem sofrimento, serenamente, como sempre vivera”. (Do LIVRO ROTEIRO BIOGRÁFICO DAS RUAS DO CRATO, AQUINO, 1999, p.90).

Dentre as manifestações e eventos, sociais, religiosos ou folclóricos, podemos destacar, por exemplo: as festas de formatura, promovidas no inicio de janeiro, a festa de São José, realizada na Vila de Quincuncá, cujos festejos acontecem no mês de março; a festa de Santo Antônio, realizado com igual entusiasmo na Vila de Cariutaba; no mês de junho; o festival de quadrilhas, promovido na cidade, no final de junho; a festa de Nossa Senhora das Graças, realizado na Vila de Nova Betânia no mês de julho; a festa de Nossa Senhora do Carmo, realizado na Vila de Barreiro do Jorge também no mês de julho; a grande vaquejada promovida no mês de setembro; a festa da padroeira, Nossa Senhora da Conceição, realizada

entre 29 de novembro ao dia 8 de dezembro; e a festa alusiva ao dia do município, promovida também na cidade, cuja data é 20 de dezembro. (SILVA, 2001, p.38).

Atualmente o município de Farias Brito-CE possui segundo dados do IBGE uma população de aproximadamente de 19.608 habitantes, sendo 8.936 residentes na Zona Urbana e 10.672, na Zona Rural do Município. Faz parte da Região Metropolitana do Cariri, juntamente com os municípios de Barbalha, Caririaçu, Crato, Jardim, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri. E faz fronteira com os municípios de Crato, Caririaçu, Várzea Alegre, Cariús, Tarrafas, Assaré, Altaneira e Nova Olinda.

A Secretaria Municipal de Assistência Social tem a missão institucional de formular, implantar, regular, financiar, executar, monitorar e avaliar a Política Municipal de Assistência Social, como parte integrante do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Seu âmbito de ações é o da Seguridade Social que, conforme a Constituição Federal compõe-se de três áreas da política pública: saúde, previdência e assistência social.

A Secretaria Municipal de Assistência Social do Município Farias Brito – CE, vem desde 1996 desenvolvendo ações de melhorias através de suas diversas formas de legibilidade e aplicabilidade das ações governamentais.

As políticas-fim estão voltadas para o atendimento integral às famílias, aos adolescentes, às mulheres, aos idosos, às pessoas em situação de rua e às pessoas com deficiência, estabelecendo-se como prioridade os segmentos que se encontrem em situação de maior vulnerabilidade social.

No âmbito da assistência social, podemos contar com varias redes sociais, dentre elas esta o CRAS (Centro de Referência da Assistência Social).

O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) é uma unidade publica estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios. Dada sua capilaridade nos territórios, se caracteriza como a principal porta de entrada do SUAS, ou seja, é uma unidade que possibilita o acesso de um grande numero de famílias à rede de proteção social de assistência social.(ORIENTAÇÕES TÉCNICAS: CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2009, p. 9)

Segundo o MDS (2009), sobre esse tema, há uma serie de atribuições ou parâmetros estabelecidos pelo SUAS, todos influentes no dimensionamento do espaço físico do CRAS. Um parâmetro importante a se observar é a relação entre famílias referenciadas e capacidade de atendimento, que se dá na proporção aproximada de 5:1, exemplificando: até

2.500 famílias referenciadas, a capacidade de atendimento anual é de 500 famílias, da mesma forma que 3.500 famílias referenciadas atende 750 famílias por ano, e se estiver 5.000 famílias o atendimento de 1.000 famílias anualmente.

O CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) fica localizado na Rua Aracy Freitas Francelino, Sn Centro – Farias Brito – CE, criado em junho de 2005 vinculado à política da assistência, o mesmo referencia 3.500 famílias tendo capacidade de atender 750 famílias por ano. A infraestrutura do prédio é composto por recepção, sala de emissão de documentos (RG, carteira de trabalho e reservista), sala da coordenação geral, sala da coordenação do projuvem adolescente, sala de atendimento individual, um banheiro para funcionários, um banheiro masculino e um feminino para os usuários, sala para atividades coletivas (capacidade para 30 pessoas), sala para atividades com crianças de 0 a 6 anos (capacidade para 15 pessoas), uma cozinha, um almoxarifado para produtos de limpeza, um almoxarifado para gêneros alimentícios e uma sala de inclusão produtiva – chaveiro. O CRAS é um programa do Governo Federal em parceria com o Governo Municipal que busca prestar serviços e programas sócio-assistenciais de proteção social básica as famílias têm como objetivo prevenir e enfrentar situações de vulnerabilidade e risco social buscando fortalecer os vínculos familiares e comunitários, promovendo o protagonismo e a autonomia das famílias e comunidade.

O CRAS deve localizar-se em áreas que concentram situações de vulnerabilidade e risco social. Todavia, a Norma Operacional Básica/SUAS (2005) reconhece que diagnosticar a incidência de situações de vulnerabilidade e risco social é uma tarefa complexa, em especial no que diz respeito à obtenção de informações sociais intraurbanas municipais, bem como informações de difícil mensuração ou sobre as quais não se dispõe de estatísticas nacionais, tais como situações de violência, negligência e abandono. (ORIENTAÇÕES TÉCNICAS: CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS, 2009: p. 34)

Preza pelo atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade social e riscos oriundos dos programas de transferência de renda, onde desenvolve ações de acolhida, orientações e encaminhamentos, acompanhamento psicossocial, orientação e encaminhamento para o BPC (Benefício de Prestação Continuada), acompanhamento das famílias em descumprimento das condicionalidades do PBF (Programa Bolsa Família), palestra sócio-educativas, oficinas produtivas, grupos de convivência, além de cursos profissionalizantes. O projeto Estação Família, o grupo de convivência com crianças de 0 a 3 anos junto com suas mães, grupo de convivência com crianças de 3 a 6 anos, projeto infância feliz, grupo de convivência de adolescentes do Bairro Alecrim, projuvem adolescente, projeto vovô sabe

tudo, projeto vida e arte, grupo de convivência para terceira idade, companhia de dança “Raízes”, projeto de violão, essas são atividades desenvolvidas semanalmente no CRAS.

Todos esses projetos citados acima estão voltados para abranger toda uma estrutura familiar começando do adolescente até o idoso, visando à necessidade de cada política.

Ao iniciar nossos trabalhos objetivando nesse primeiro momento o exercício da prática da observação, levando em consideração todo o processo histórico ao qual estamos inseridos, tive a oportunidade de compreender todo o processo pelo qual a Assistente Social perfaz no intuito de propiciar a redução da desigualdade social brasileira, em conformidade com a realidade social e as leis que fomentam a profissão.

No entanto, conhecendo mais há fundo essa realidade ao longo desses dias, venho observando a luta desses profissionais pela garantia desses direitos, defendendo o seu papel junto a sociedade buscando se afirmar com a máxima urgência de ampliação do conhecimento ao que tange a Política Assistencial Brasileira.

De acordo com a Tipificação (2009), o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na sua melhoria de qualidade de vida. Prever o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias, e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. O trabalho social do PAIF deve utilizar-se também de ações nas áreas culturais para o cumprimento de seus objetivos, de modo a ampliar universo informacional e proporcionar novas vivências às famílias usuárias do serviço. As ações do PAIF não devem possuir caráter terapêutico.

A proteção básica tem como objetivo:

- Fortalecer a função protetiva da família, construindo na melhoria da sua qualidade de vida;
- Prevenir a ruptura dos vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas;
- Promover aquisições sociais e materiais às famílias, potencializando o protagonismo e a autonomia das famílias e comunidades;
- Promover acessos a benefícios, programas de transferência de renda e serviços sociassistenciais, contribuindo para inserção das famílias na rede de proteção social básica de assistência social;

- Promover acesso aos demais serviços setoriais, contribuindo para o usufruto de direitos;
- Apoiar famílias que possuem, dentre seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares.

Esse caráter de responsabilidade social do Estado para com seus cidadãos pressupõe uma visão de Proteção Social que tenha como referencia a universalidade de cobertura e de atendimento, em oposição a padrões restritivos e coletivos de acesso a serviços e benefícios sociais. (OLIVEIRA, 2003, p.105).

A proteção social básica é uma forma de expressão, no que diz respeito à garantia de direitos dos usuários em situação de risco ou vulnerabilidade social.

3.2 Metodologia do Estudo

Este estudo caracteriza-se por uma pesquisa de campo, utilizada com o objetivo, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. O investigador na pesquisa de campo assume o papel de observador e explorador coletando diretamente os dados no local em que se deram ou surgiram os fenômenos. O trabalho de campo se caracteriza pelo contato direto com o fenômeno de estudo. A pesquisa também foi qualitativa, na medida em que o verdadeiro instrumento de medida foi à experiência e a sensibilidade do pesquisador.

A pesquisa abrangeu então, os Projetos Sociais desenvolvidos na Política de Assistência social do Município de Farias Brito – CE, tendo como publico alvo os adolescentes, idosos, deficientes, mulheres que fazem parte dos Projetos da Secretária de Assistência Social.

O município de Farias Brito possui atualmente segundo dados do IBGE uma população de aproximadamente de 19.608 habitantes, sendo 8.936 residentes na Zona Urbana e 10.672, na Zona Rural do Município.

Atualmente a secretaria de assistência social referencia cerca de 620 usuários nos seus respectivos programas, projetos ou grupo de convivência.

Sendo assim serão entrevistados os usuários que participam dos projetos sociais desenvolvidos pela Secretaria de assistência social.

Relacionado aos critérios de inclusão e exclusão, podemos perceber que os entrevistados se dispuseram a realização da entrevista sem nenhuma reclamação, pois o mesmo poderia esta ajudando a eles, pois a partir dali teria um melhoramento acerca das

atividades desenvolvidas no projeto no qual esta incluído.

O instrumento utilizado foi o questionário, ou seja, seguiu-se um roteiro previamente estabelecido, onde as perguntas feitas aos usuários entrevistado foram pré-determinadas, e antes de aplicada oficialmente foi feita uma testagem, servindo de validação da mesma. Para o tratamento dos dados da pesquisa de campo, utilizou-se a análise do conteúdo, com a qual foi possível obter um resultado consistente do assunto.

3.3 Análise e Discussão dos Dados

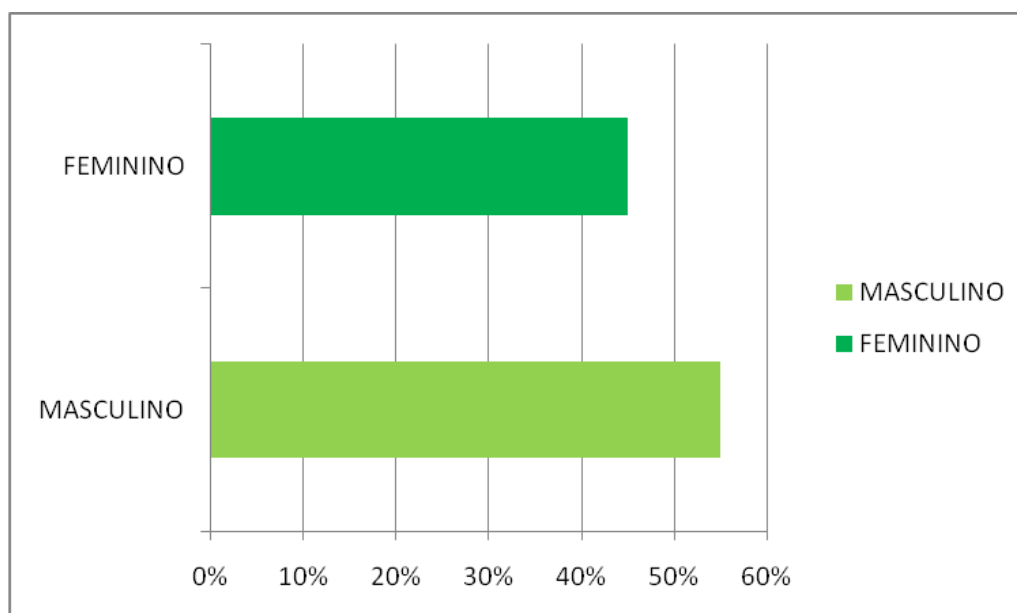
Foram aplicados vinte questionários com os usuários dos projetos sociais da Política de Assistência do Município de Farias Brito – CE, abrangendo, adolescentes, mulher, pessoa com deficiência e idoso.

Todos os questionários obtinham perguntas objetivas e subjetivas, para melhor compreendermos a percepção de cada indivíduo.

Os questionários foram aplicados nos respectivos projetos, PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, Projovem Adolescente, Pessoas com Deficiência – PCD “Superando Limites”, Grupo de Idosos.

O primeiro gráfico irá abordar o sexo dos usuários participantes dos programas e projetos sociais desenvolvidos pela Secretaria de Assistência Social do município de Farias Brito – CE.

Gráfico 01 – Identificação do sexo dos usuários.

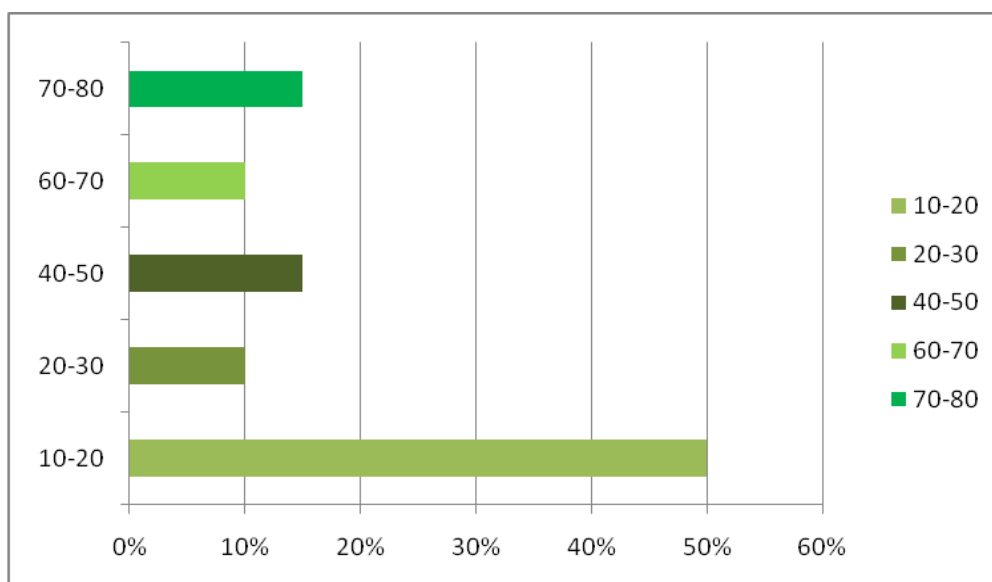


Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

A secretaria de assistência social do município de Farias Brito – CE vem desenvolvendo planos, programas e projetos para melhoria da população fariasbritense, buscando a garantia de direitos dos mesmos. Tendo como parceria nesse trabalho o Centro de Referência de Assistência Social – (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social – (CREAS), Casa de Apoio ao Idoso Aluísio Oliveira dentre outros.

O segundo gráfico proporciona a faixa etária dos usuários assistidos na política de assistência social.

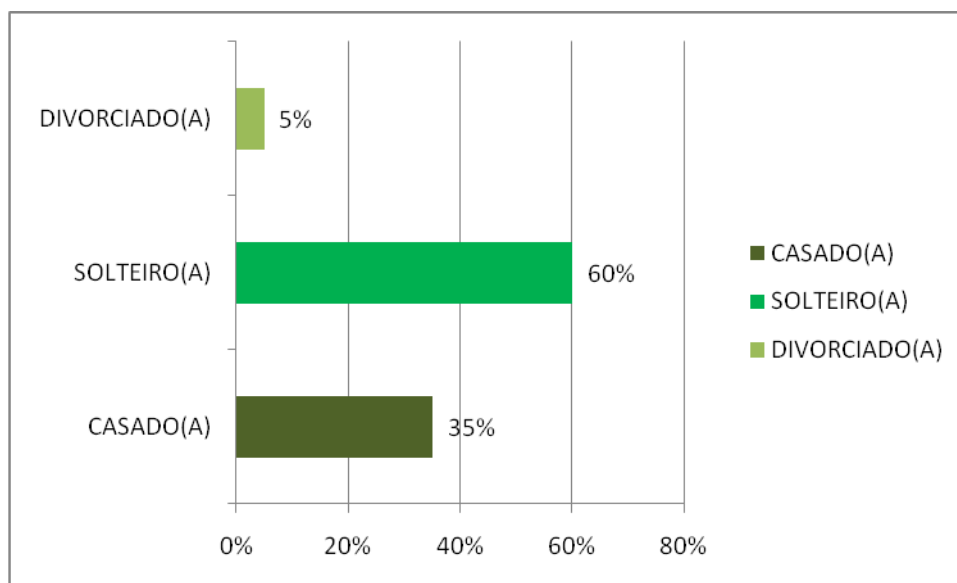
Gráfico 02 - Identificação de faixa etária de idade usuários.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

As ações desenvolvidas no município de Faria Brito – CE abrange toda população, ou seja, existe politica publica para todo contexto familiar seja ele adolescente, mulher, pessoa com deficiencia, idoso, enfim, o publico alvo é muito abrangente.

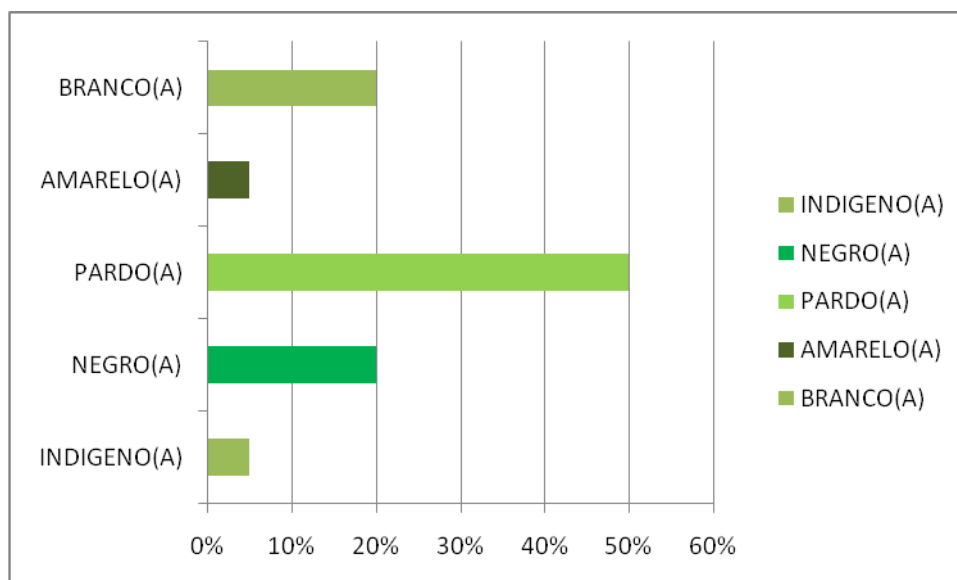
Nesta perspectiva podemos perceber no terceiro gráfico onde nos trás o estado civil dos usuarios, mas uma forma de ver que os usuarios são muito participativos, pois mesmo tendo seus afazeres não deixam de frequentar o projeto ou programa no qual esta inserido.

Gráfico 03 - Identificação do Estado Civil usuários.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

A secretária de assistência social do município de Farias Brito - CE, busca sempre esta fazendo com que os usuarios não deixem de participar, e uma das formas na qual podemos perceber é que os projetos ou programas são sempre realizados no contra turno do participante, para que não tenha nenhuma desculpa a não comparecer nos seus respectivos grupos.

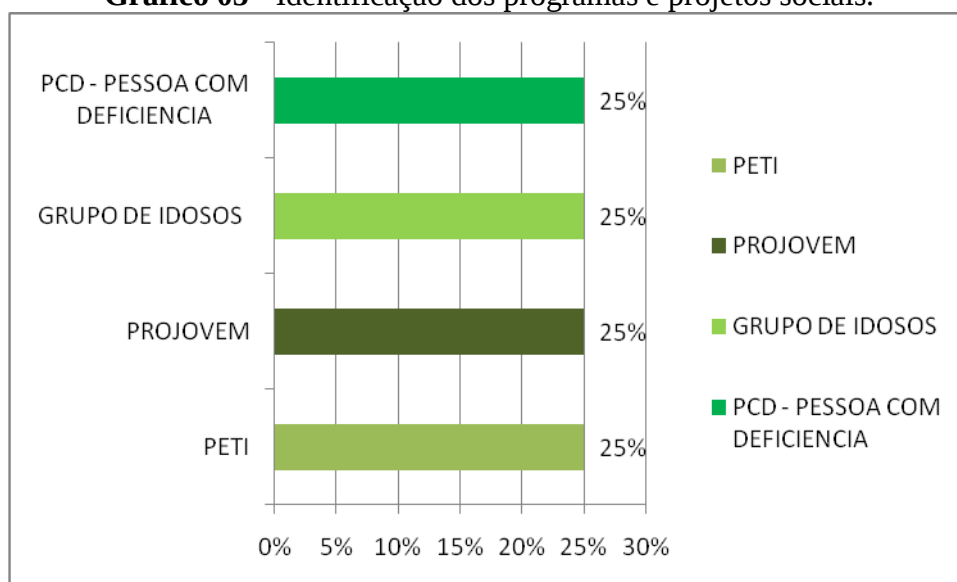
De acordo com que o grafico nos traz a cor e/ou raça do usuario participante, pois como o trabalho é voltado para a cultura, a raça é um dos quasitos denominados cultura.

Gráfico 04 - Identificação de cor e/ou raça usuários.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Voltado para o gráfico acima, seja ele branco, negro, amarelo, toda a população é atendida da mesma forma, não há nenhum tipo de discriminação. O preconceito não poder existir na política de assistência, pelo contrário existe uma luta constante acerca do preconceito com o idoso, deficiente, negro e etc. Relacionado ao gráfico abaixo nos mostra alguns projetos e/ou programas desenvolvidos na política de assistência do município. Tendo em destaque os projetos sociais como Pessoa com Deficiência – PCD “Superando Limites”, Grupo de Idosos, e os programas Projovem Adolescente e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, no qual foi aplicado os questionários.

Gráfico 05 - Identificação dos programas e projetos sociais.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

A seguir iremos conhecer um pouco de cada projeto, destacando as atividades desenvolvidas, seus objetivos, quem pode participar, ou seja, seu público alvo, suas expectativas, enfim, para que serve o projeto social relacionado.

O projeto Pessoa com Deficiência – PCD “Superando Limites”, é um programa do Gover municipal em parceria com o Governo do Estado do Ceará, referenciado no Centro de Referencia de Assistencia Social – CRAS sede, cujo objetivo central é trabalhar as pessoas com deficiência assegurando os direitos dos usuarios, criando condições para promover sua autonomia, inclusão social a participação afetiva na sociedade, por meio de ações de prevenção de deficiência, habilitação e reabilitação, oportunizando aos mesmos melhores condições de vida.

Atualmente o projeto atende cerca de 85 pessoas com deficiência mental, física, motora, auditiva, visual, múltipla e orgânica, de ambos os sexos, com qualquer faixa etária.

Os mesmos são atendidos nas dependências da Casa de Apoio ao Idoso – Aluísio Oliveira, duas vezes semanal com uma equipe de profissionais qualificados que buscam interagir cada vez mais com o público referendado ministrando: palestras, filmes educativos, recreação, atividades de lazer e oficinas de arte. Conta também com orientação em libras e braile, atendimento individual e familiar. A orientação de libras é extensiva aos familiares dos surdos-mudos em localidades rurais de maior concentração desse público.

O Grupo de Idosos atende atualmente cerca de 200 idosos acima de 65 anos nas dependências da Casa de Apoio ao Idoso – Aluísio Oliveira, com aulas de voz e canto, que acontece quizenalmente todas as terças-feiras no período da manhã e tem como objetivo fazer ampla divulgação do produto cultural na mídia escrita e falada de Farias Brito; Resgatar a memória cultural e reavivar manifestações artísticas populares; Informar sobre os direitos do idoso; Prevenir violência contra o idoso; Trabalhar o relacionamento familiar e comunitário e fortalecer vínculos; Promover a inserção social, familiar e comunitária; Promover o protagonismo do idoso.

Um projeto é um empreendimento planejado que consiste num conjunto de atividades inter-relacionadas e coordenadas para alcançar objetivos específicos dentro dos limites de um orçamento e de um período de tempo dados (ONU 1984). É, portanto, a unidade mais operativa dentro do processo de planejamento e constitui o elo final de tal processo. (COHEN, 2008, p. 85)

O Projovem Adolescente é um programa do Governo Federal em parceria com o Governo Municipal destinado a adolescentes na faixa etária de 15 a 17 anos, pertencentes as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família ou em situação de vulnerabilidade e risco social, visando contribuir para a formação socioeducativa, através de atividades de esporte, lazer e preparação para a inserção no mundo do trabalho.

Tem como objetivo promover o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, o protagonismo dos jovens, e desenvolver potencialidades através do estímulo à pesquisa e a busca por conhecimentos de cidadania e sobre trabalho. O município atende hoje 200 adolescentes entre 15 e 17 anos de idade, distribuídos em coletivos de 25 adolescentes na sede do município e nas localidades de Quincuncá, Barreiro do Jorge e Cariutaba.

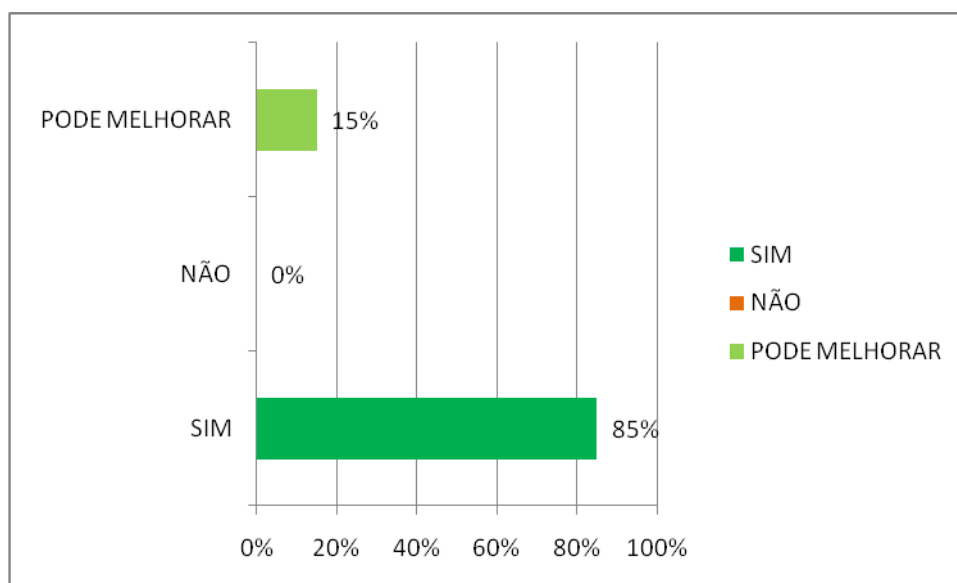
Desenvolvem atividades de lazer, esporte, informática, oficinas de teatro e desenho, além de participação em campanhas sócioeducativas em todo o território municipal, conta com uma equipe de profissionais composta por Psicóloga, Assistente Social, Pedagoga, Orientadores Sociais e Facilitadores das Oficinas.

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, é um programa do governo Federal em parceria com o Governo Municipal objetivando contribuir para a erradicação do trabalho infantil, incentivando a permanência do adolescente na escola, resgatando a cidadania do usuário e de suas famílias. Atende diariamente 100 adolescentes menores de 16 anos, envolvidos em situação de trabalho infantil. Possui cinco turmas distribuídas na sede do município, na Vila Lamedouro, e nos distritos de Nova Betânia e Cariutaba.

Desenvolve ações socioeducativas e de convivência, buscando a manutenção da do adolescente na escola e a articulação dos demais serviços da rede de proteção básica e especial. Com turmas distribuídas na sede e zona rural, desenvolve ainda oficinas de capoeira, esporte, música, lazer e acompanhamento familiar, desenvolve atividade de cunho social e laborativas, como palestras educativas e acompanhamento escolar diário, tendo uma equipe multidisciplinar composta por Assistente Social, Psicóloga, Psicopedagoga, Professores e Advogado.

Um programa é um conjunto de projetos que perseguem os mesmos objetivos. Estabelece as prioridades da intervenção, identifica e ordena os projetos, define o âmbito institucional e aloca os recursos a serem utilizados. (COHEN, 2008, p.85-86).

Gráfico 06 - Identificação acerca da satisfação dos usuários nas atividades desenvolvidas nos programas e projetos.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Como mostra o gráfico acima podemos perceber que a grande maioria está satisfeita com as atividades oferecidas pelos projetos e programas da rede assistencial. Os

mesmos alem de responder a pergunta que era objetiva pediram um espaço para falar sobre as atividades desenvolvidas, e resumidamente me falaram que o projeto é ótimo, está gostando muito e não pensa em faltar nenhum dia de encontro, pois lá no projeto eles se tornam outras pessoas e esquecem dos problemas do dia-a-dia.

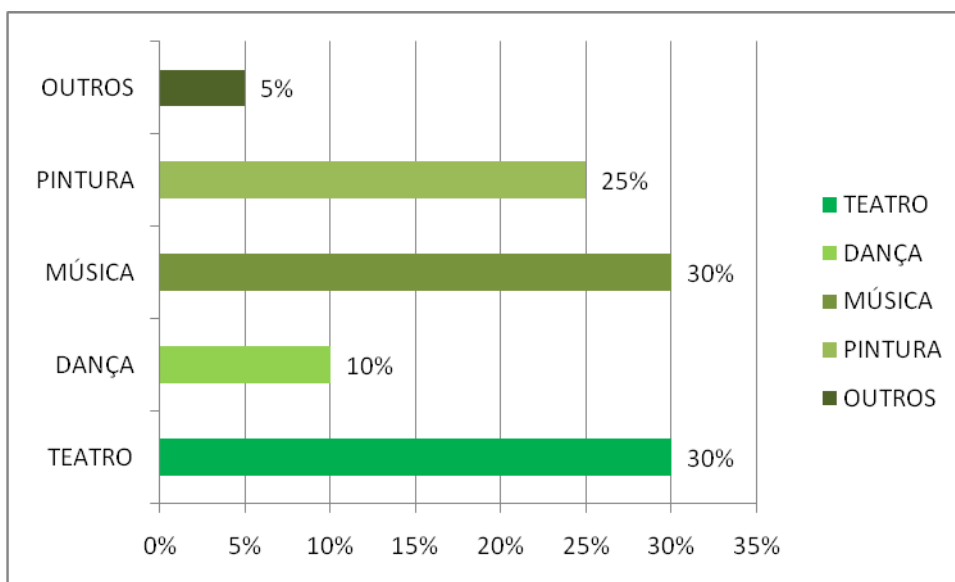
No sétimo gráfico entra na discussão do objetivo do trabalho realizado que é a cultura; se os projetos são voltados para a cultura, se são desenvolvidas ações socioculturais, enfim, se o trabalho ofertado é culturalmente realizado, ou seja, se as atividades são realmente desenvolvidas de forma dinâmica, de forma em que a cultura se insira.

Mesmo com a resposta máxima, ou seja, com 100%, não foi o que percebemos, pois quando chegamos nas perguntas subjetivas os usuários não sabiam definir o que era cultura, ou seja, não tinham nenhum conhecimento acerca do que vinha a ser cultura, nem muito menos da cultura local.

Pode até ser repassado o significado da palavra cultura, que eles venham a trabalhar a cultura local, mas mesmo assim não foi o que os usuários me passaram. Por isso mesmo com dados extremamente positivos acerca do objetivo, não podemos perceber o que está quantitativamente estabelecido

No que diz respeito às atividades culturais o oitavo gráfico nos revela quais os tipos de atividades desenvolvidas, e as que os usuários mais gostam ou se identificam.

Gráfico 07 - Identificação de atividade cultural que mais se identifica.



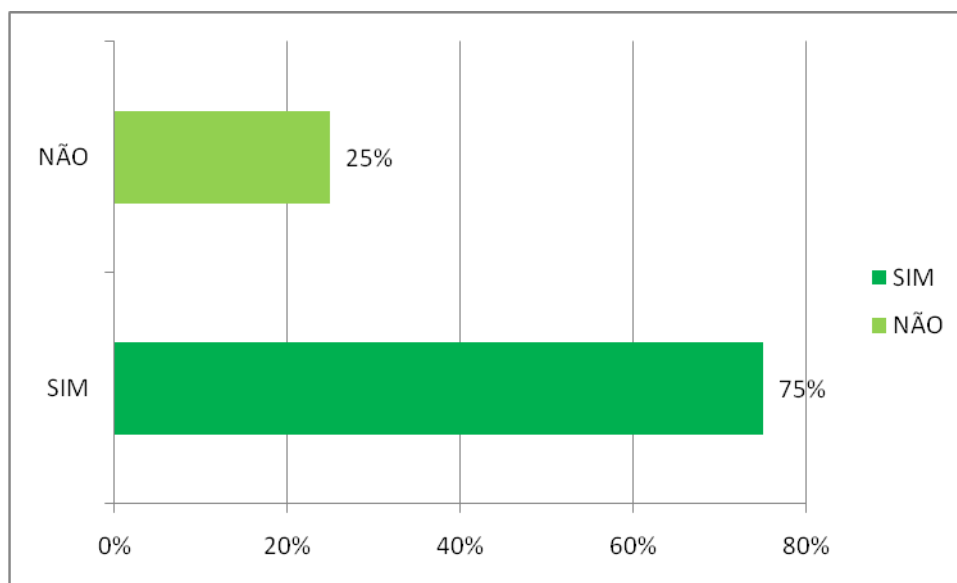
Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Como podemos perceber as atividades que os usuarios mais gostam de fazer são voltados para a música e para o teatro, ficando em terceiro lugar a pintura. Não ficamos muito supresos com os dados obtidos, pois já era de se pensar pois o municipio conta com varios grupos de coral e tambem de teatro. A pintura foi citada realmente pela carencia que há acerca da arte em tela, só é efetuado esta trabalho quando são contratados profissionais de outras regioes.

O quesito outros, foi relacionado a “Ler e Escrever”, o que não deixa de ser cultura, pois literatura, cordel, poema tudo se relaciona a cultura.

De acordo com o nono grafico são realacionados as datas comemorativas, fator muito importante para a cultura de modo geral e local.

Gráfico 08 - Identificação dos eventos nas datas comemorativas.

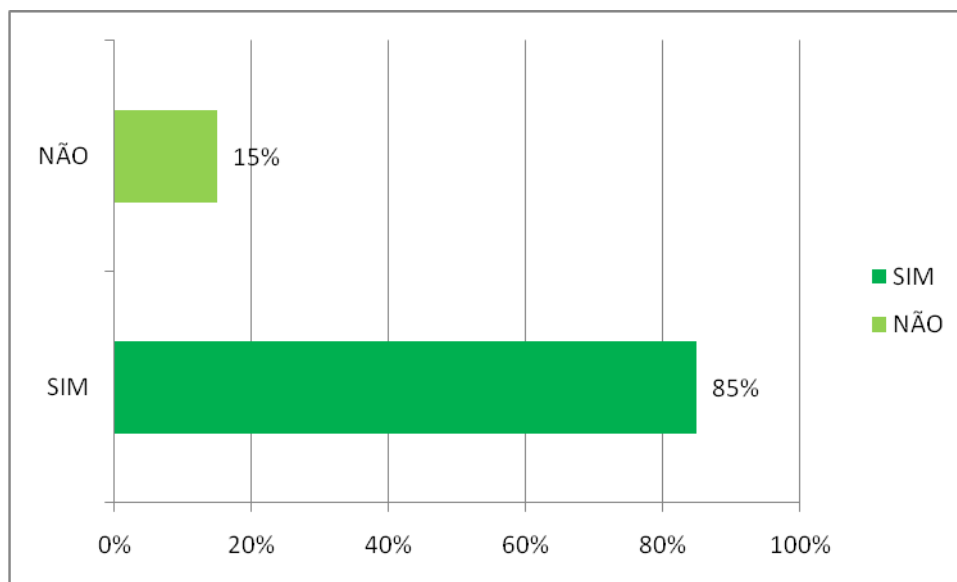


Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

As datas comemorativas é um fator circunstancial para a cultura, pois é atraves das datas comemorativas que vem a tona algumas ações socioculturais. Podemos perceber que dadas comemorativas, como Festa Junina, Folclore, Festival de Violeiros, Vaquejada, Festa de Padroeiro dentre outras, é apartir daí que nos proporciona um momento cultural, mas que acaba no dia seguinte e que só vem ser lembrada novamente quando surge outra data comemorativa, é como se fisesse por obrigação.

Podemos perceber no décimo grafico, dados acerca da pergunta, se a secretaria de assistencia social proporciona cultura e lazer para os usuarios.

Gráfico 09 - Identificação da cultura e lazer dos usuários.



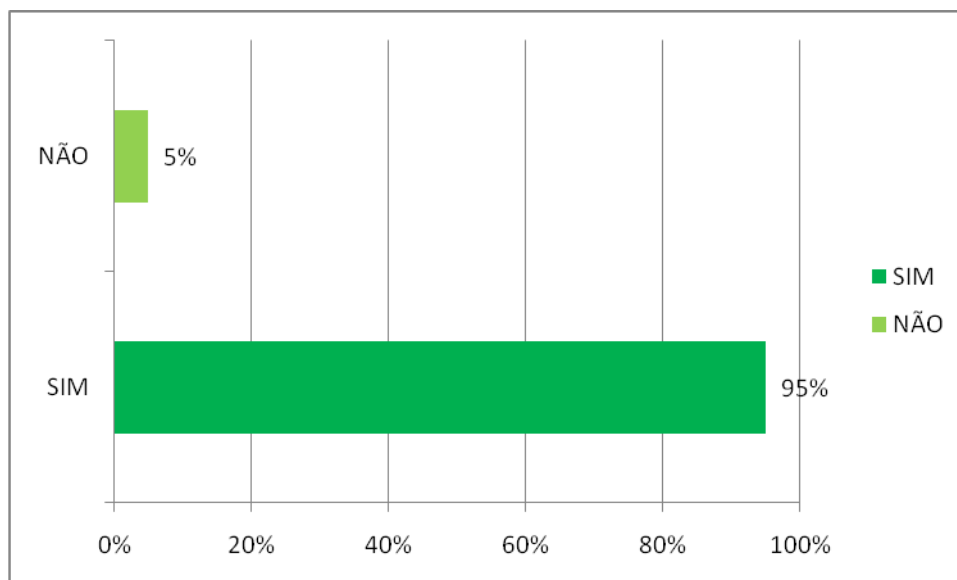
Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Em dados podemos perceber que 85% dos usuarios dizem que sim, a secretaria de assistencia traz cultura e lazer. O lazer é de certa maneira um dos requisitos da cultura que se mais é executado, pois é apartir de uma viagem por exemplo que passamos a conhecer a cultura local do derterminado lugar em que iremos.

Cultura e lazer andam juntas, pois quando vamos ao teatro, a uma quermeece, a a apresentação de um coral, quando vamos apreciar a belezas de um museo, tudo isso é cultura, e tambem uma forma de lazer.

Veremos no décimo primeiro grafico, nos mostra que a asções socioculturais proporcionam bem estar para o usuario como individuo.

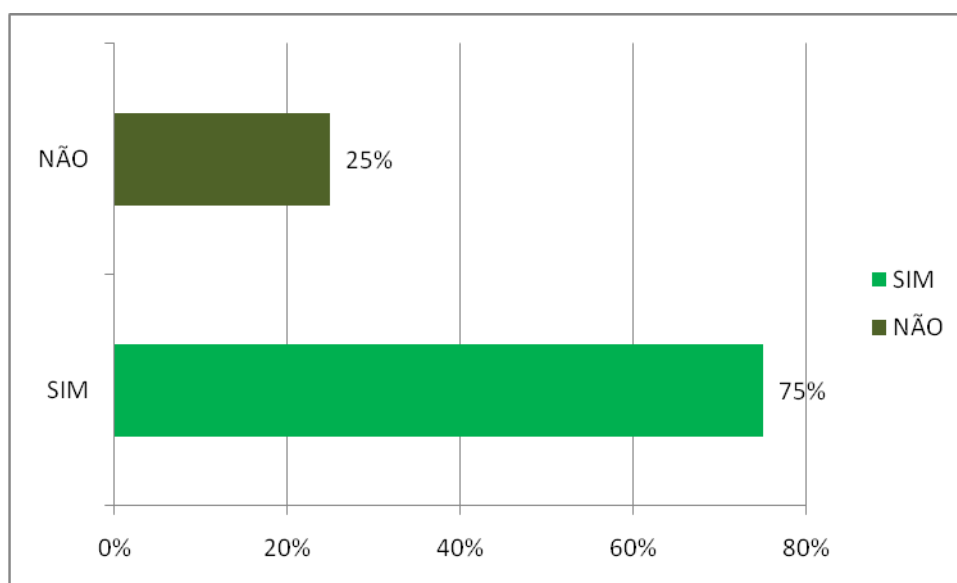
Gráfico 10 - Identificação do bem estar dos usuários acerca das ações socioculturais.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Podemos perceber que as atividades culturais com certeza proporcionam sim bem esta para o indivíduo, é tanto que está provado quantitativamente no gráfico acima, onde diz que 95% dos usuários concordam plenamente. E a cultura, ou melhor as ações socioculturais não proporcionam bem esta não só para o usuário individualmente mais para todo seu contexto familiar, é como prova no décimo segundo gráfico, ou seja, no gráfico a seguir:

Gráfico 11 - Identificação do bem estar das famílias dos usuários acerca das ações socioculturais.

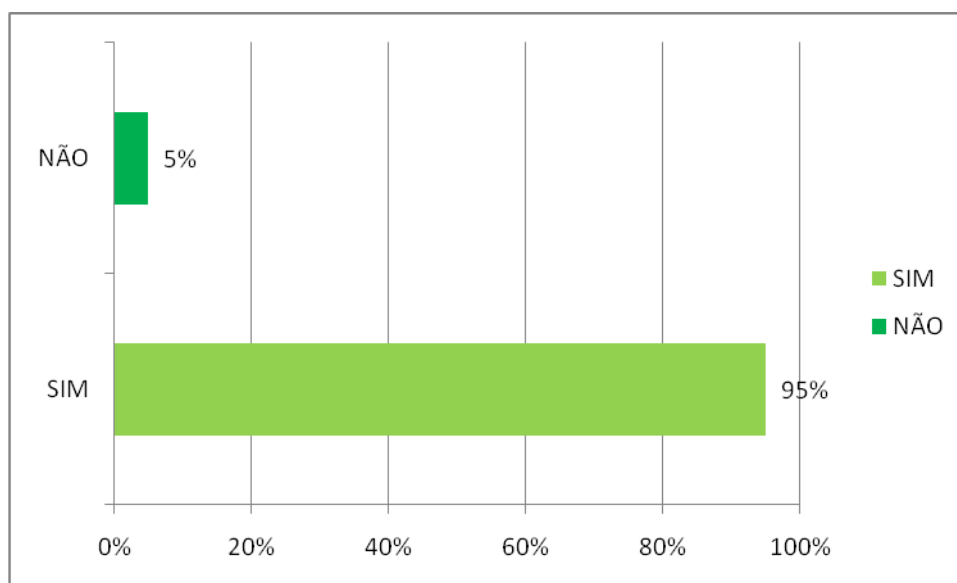


Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

A cultura não causa impacto apenas para o indivíduo, para a família, mas sim para toda uma população ou sociedade. Os espaços culturais são espaços onde podemos relaxar, e refletir sobre coisas boas, a partir do momento que entramos em um cinema para ver um filme, ou no teatro para assistir uma boa peça, não só passamos a participar da história como esquecemos tudo de ruim que há lá fora.

E é relacionado a o que acabamos de falar que se mostra o próximo gráfico, o décimo terceiro gráfico.

Gráfico 12 - Identificação acerca do entendimento da temática quando se é trabalhada de forma dinâmica.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

O que queremos repassar para um determinado grupo, seja ele adolescente, idoso, enfim, a grande maioria dos usuários preferem que seja repassado de forma dinâmica e criativa. Por isso deve haver um planejamento onde o facilitador possa vir a estar dinamizando sempre o seu trabalho com os usuários onde eles se sintam bem e interajam sempre com a atividade proposta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendendo cultura como construções sociais historicamente dialéticas, buscamos compreender as principais questões vinculadas aos seus conceitos, visto que não há compreensão completamente aprofundada de uma realidade sem analisar o contexto cultural em que ela se insere. A sociedade é envolvida na produção e transformação desses elementos, e para analisar as relações, nos foi necessário abranger a cultura em nossa pesquisa.

Nossa proposta baseou-se em compreender de que forma a cultura se materializa nas construções das relações dos usuários da Política de Assistência Social do município de Farias Brito – CE, e de como esses usuários davam significados as suas ações e suas noções de pertencimento em relação aos projetos sociais.

Podemos perceber a complexidade que cercam as relações ao analisar as ações socioculturais dos projetos sociais, entendendo a importância da singularidade das vivenciais cotidianas e das representações culturais e seus elementos. De maneira objetiva, aborda definições sobre a participação da sociedade e do poder público, defronte a uma sociedade que amplia o percurso humano existencial, comprovando as fragilidades encontradas nas instituições, programas, leis, ações políticas e serviços de atendimento aos usuários.

Surgiu a ideia de abordar esse tema, pelo fato de que a cultura ao nosso entendimento esta sendo deixada de lado, ou seja, a cultura é uma das políticas garantidas pela Constituição Federal de 1988, mas que na maioria das vezes não esta sendo bem executada e às vezes nem lembrada em alguns Estados e municípios, como é o caso dessa pesquisa.

Existem Estados e municípios que tem uma cultura local muito rica, mas que não dar valor ao que tem, e na maioria das vezes por não ter conhecimento da mesma. E essa cultura sendo reconhecida consequentemente pode estar sendo trabalhada dentro dos programas e projetos sociais do local em que se insere.

Acreditamos que a cultura sendo assim inserida nos programas e projetos socioassistenciais poderá proporcionar muito mais rendimento tanto no conteúdo trabalhado como na vida pessoal e familiar do individuo.

A política de assistência social tem sua atenção voltada para aquelas pessoas em situação de vulnerabilidade social que muitas vezes desconhecem seus direitos. Isto pressupõe o quão é fácil ludibriar esses usuários, pondo em riscos aqueles direitos historicamente construídos e garantidos ao longo da historia sejam ameaçados por atos de favor prestados pelo Estado.

As políticas sociais, em uma conjuntura global, sempre terão aspectos extremamente limitados, em virtude do direcionamento das políticas econômicas e sociais, que são mal distribuídas e desiguais.

Na perspectiva de análise desse estudo não ficamos surpresos com os resultados, pois realizei o meu estágio supervisionado I e II onde acompanhamos os programas e projetos sociais de perto podendo assim perceber a carência da cultura inserida nos respectivos programas e projetos.

Na execução da entrevista, ou seja, na análise dos dados podemos perceber que a uma contradição acerca do que é visto na fala dos usuários para o que é trabalhado com os mesmos. Acreditamos que por falta de conhecimento dos usuários, tudo que é repassado para eles está de bom tamanho, na fala de um ou mais dos entrevistados chegaram a dizer que “Melhor do que isso estraga”.

No entanto os programas e projetos são bem planejados, na questão de horários, de temas a serem trabalhados e etc. Acreditamos que por conta do carinho e compreensão dos profissionais com os usuários, eles não queiram estar colocando seus pontos negativos no que está ali sendo desenvolvido, por achar que vai estar prejudicando o profissional no qual eles têm um vínculo de afetividade muito grande, o que é muito bom para estar trabalhando, ou seja, os profissionais têm um carisma enorme, e por isso essa aproximação do usuário ao profissional.

No decorrer da pesquisa podemos perceber que as expectativas foram atingidas, ou seja, o objetivo foi efetivado, pois percebemos nos usuários que estão satisfeitos com os projetos sociais e as atividades desenvolvidas nos mesmos.

Em relação com a cultura podem perceber que na fala dos entrevistados eles afirmam que as atividades são executadas de forma dinâmica, ou seja, são efetuadas as ações socioculturais; mas mesmo assim quando fala sobre o que significa cultura, ou o que é cultura, e até mesmo se o usuário é conhecedor da cultura local, a grande maioria não soube responder, mas mesmo assim estão satisfeitos em participar do projeto no qual se insere.

Além disso, concluímos que as atividades em grupo são proporções para estimularem o desejo de associação e o desenvolvimento da sociedade ao mesmo tempo em que os usuários aprendem a respeitar ouvir o próximo e a si mesmo, encontrando alternativas para esses problemas discutidos junto com seus ideais, visto que os indivíduos que frequentam os programas têm passado uma imagem, e é interessante percebermos que a participação do mesmo no grupo proporciona criatividade em suas reflexões, melhorando as relações familiares, sua vida na sociedade, enfim continuam participando do grupo e

transformam ação e participação no sentido de construção da cidadania e na busca pelos direitos sociais e a vivência de cidadãos. Portanto considerarmos de fundamental importância que se mantenha nos Estados e Municípios a implantação da Política Nacional de Assistência Social, com um toque cultural, seja ela de modo geral ou até mesmo na valorização da cultura local onde se insere.